



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000309222

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1024277-09.2023.8.26.0309, da Comarca de Jundiaí, em que é apelante ANDRÉ LUIZ SANTOS FREITAS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado AUTO MECÂNICA PEDRÃO (PEDRO LUIZ PAGANI ME).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente), PAULO ALONSO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 31 de março de 2025.

MONTE SERRAT

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação nº 1024277-09.2023.8.26.0309.

Comarca de Jundiaí (1ª Vara Cível)

Juiz: Luiz Antônio de Campos Júnior

Apelante: André Luiz Santos Freitas

Apelada: Auto Mecânica Pedrão (Pedro Luiz Pagani ME)

Voto nº 7.768

EMENTA

Apelação – Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de indenização por danos materiais e morais – Alegação de celebração de contrato verbal – Julgamento da lide sem a produção de prova oral oportunamente requerida por autor e ré – Necessidade da prova para o esclarecimento dos fatos – Pertinência e relevância da prova oral para a demonstração de particularidades do contrato e acordos verbais – Cerceamento de defesa caracterizado – Recurso provido.

Trata-se de ação na qual a autora relata que a ré realizou conserto em seu veículo Ford Ecosport sem orçamento prévio, exigindo-lhe o pagamento para a devolução do carro. Pede para que seja determinada a restituição do automóvel, bem como para que a ré seja condenada ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A r. sentença (fls. 207/219) julgou improcedente o pedido principal e procedente a reconvenção. Em razão da sucumbência, o autor foi condenado a arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% do valor da condenação.

Apelação do autor (fls. 223/256) alegando, em síntese, que seu direito de defesa foi cerceado pela não realização de audiência de instrução, mesmo depois de requerida e designada pelas

partes para depoimentos pessoais e oitiva de testemunhas. Defende a nulidade da sentença por falta de fundamentação, nos termos do artigo 489 do CPC. No mérito, sustenta que não há contrato juntado aos autos, assim como não foram trazidas ao processo as notas fiscais dos serviços de reparo realizados pela ré. Sustenta a impossibilidade retenção do veículo como forma de garantia do pagamento, e a incidência do CDC ao caso em exame. Insiste na inexistência de débito e na ocorrência de danos morais indenizáveis. Ao final, pede a improcedência da reconvenção.

Contrarrazões nas fls. 264/292.

Recurso tempestivo e sem preparo, por ser o apelante beneficiário da justiça gratuita.

É o relatório.

O autor alega em sua inicial que teria deixado seu veículo Ford Ecosport para orçamento de reparo na oficina ré. Alega que sem orçamento prévio a ré realizou o conserto, exigindo o pagamento de R\$ 26.000,00 para a retirada do carro.

Em contestação a ré dispôs que os termos contratuais não foram exatamente aqueles deduzidos inicialmente, dizendo que fizera um acordo pelo qual o autor se obrigara ao pagamento de R\$ 19.000,00 pelo conserto da Ecosport, mais R\$ 16.000,00 por um veículo Chery Face que lhe fora repassado, totalizando R\$ 35.000,00. Para finalização do negócio, a ré ficaria com a Ecosport do autor por R\$ 25.000,00, tendo o apelante se comprometido ao pagamento de R\$ 10.000,00 que nunca fez.

Ao questionar as partes sobre quais as provas que ainda pretendiam produzir em juízo (fls. 159), o autor e a ré

postularam expressamente pela realização de audiência de instrução, com depoimento pessoal das partes e oitiva de testemunhas (fls. 163 e 164/165).

O juízo da origem, por sua vez, designou a audiência de instrução e julgamento, fixando o prazo de 5 dias para apresentação do rol de testemunhas (fls. 186).

Cumprida a ordem judicial e devidamente intimadas as testemunhas, o juízo a quo houve por bem proferir a sentença de fls. 207/219, sem designar a colheita da prova oral.

A existência ou inexistência dos fatos alegados pelas partes é imprescindível para aferição das normas jurídicas e para a solução dos litígios submetidos à apreciação do Poder Judiciário.

Em razão disso, a prova destinada à demonstração das alegações apresentadas pelas partes é imprescindível no sistema de tutela de direitos instituído constitucional e legalmente.

O devido processo legal, por isso, atribui às partes o direito à produção de provas, constituindo, para elas, uma garantia fundamental.

Michele Taruffo trata do tema de forma persuasiva:

De acordo com a opinião dominante, o direito de apresentar todas as provas relevantes é parte essencial das garantias gerais da proteção judicial dos direitos e do direito de defesa, uma vez que a oportunidade de provar os fatos que sustentam as pretensões das partes é condição necessária para a efetividade de tais garantias. Um argumento claro que apoia esse princípio é o de que as garantias processuais das partes seriam meramente formais e vazias se a elas fossem proibidas apresentar todos os meios de prova relevantes para embasar suas versões dos fatos em litígio. Por conseguinte, o direito de apresentar todas as provas relevantes ao seu alcance é um aspecto

essencial do direito ao devido processo e deve ser reconhecido como pertencente às garantias fundamentais das partes. (A Prova, 1ª ed., São Paulo: Marcial Pons, 2014, pág. 54).

Há um direito fundamental à prova, pois, sem a possibilidade de produção das que sejam necessárias para demonstrar a veracidade de suas alegações, as partes não poderão influir na formação de convicção pelo juiz, nem poderão contribuir para a busca da verdade.

O direito à prova é, destarte, uma expressão do princípio do contraditório e constitui pressuposto do devido processo legal.

O acolhimento ou a rejeição do pedido deve estar fundada na apuração de quais alegações de fato tenham maior probabilidade de serem verdadeiras, o que só pode ser aferido se garantida aos demandantes a realização das provas cuja produção postularam.

Nesse sentido, Cassio Scarpinella Bueno enfatiza que “o princípio do 'devido processo legal' volta-se, basicamente, a indicar as condições mínimas em que o desenvolvimento do processo, isto é, o método de atuação do Estado-juiz para lidar com a afirmação de uma situação de ameaça ou lesão a direito, deve se dar” (*Curso Sistematizado de Direito Processual Civil*, vol. 1, 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2011, págs. 140/141).

Portanto, se a alegação é de que houve ajuste verbal da avença, a prova adequada à sua demonstração é a oral, mormente se há divergência nos termos do acordo alegadamente firmado entre as partes. Veja-se que o autor pediu a realização de prova oral para provar que não houve negócio com o veículo Chery Face, bem

como para comprovar que a ré consertou sua Ecosport sem autorização e orçamento prévio (fls. 163).

A ré, a seu turno, pretendeu a realização de prova oral para provar que houve negócio envolvendo o veículo Chery Face com o autor, assim como teria sido autorizado o reparo na Ecosport do demandante (fls. 165).

Isso não significa, contudo, que os argumentos do réu correspondam à realidade, mas apenas que não lhe pode ser negada a oportunidade de produzir a prova que, em tese, tenha o condão de corroborar suas alegações.

Tenha-se em conta que geralmente a delimitação da responsabilidade da administradora de imóveis é prevista em contrato. Indiscutível, portanto, a importância da prova oral para o esclarecimento dos fatos.

Sobre o tema do cerceamento de defesa, o colendo Superior Tribunal de Justiça assentou:

É amplamente conhecida a posição desta Corte Superior, que desautoriza o magistrado a julgar improcedente o pedido por ausência de provas, recorrendo-se da regra do art. 373 do CPC/15, após ter indeferido a produção de provas requeridas pela parte autora - situação caracterizadora de cerceamento de defesa.

Contudo, é preciso ressaltar que esse entendimento só pode ser aplicado se, no caso concreto, as provas requeridas e indeferidas puderem ser caracterizadas como relevantes ou imprescindíveis para a resolução da controvérsia, como ocorre, por exemplo, quando a prova oral é insuficiente para formar a convicção do juízo, mas este indefere a produção de perícia ou de outra prova documental indispensável. Isto é, não é qualquer prova que, uma vez indeferida, é capaz de viciar a sentença de improcedência emitida com fundamento na regra do art. 373 do CPC/15. (EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp nº 1.757.036/DF, Relator: Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, j. em 08.05.23, DJe de 17.05.23, v. u.).

Considerada a divergência de versões que pode ser dirimida com a produção de prova testemunhal e depoimentos pessoais, tem-se que a prova oral oportunamente postulada pelo autor e pela ré é pertinente e imprescindível para a apuração da verdade, impondo-se o prosseguimento da instrução.

Posto isso, **dou provimento** ao recurso para, anulada a r. sentença, determinar o prosseguimento da instrução para a colheita de prova oral.

MONTE SERRAT
Desembargador Relator